



Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

NIRE(da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

Código da Natureza Jurídica

Nº de Matrícula do Auxiliar do Comércio

31300014819

2054

JUCEMG

SEDE - BELO HORIZONTE

Ato: 980 - 20/11/2014 12:12



14/780.544-9

1 - REQUERIMENTO

ILMº SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NOME: **ANDRADE GUTIERREZ S/A**

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V. Sª o deferimento do seguinte ato:

| Nº DE VIAS | CÓDIGO DO ATO | CÓDIGO DO EVENTO | QTDE | DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO |
|------------|---------------|------------------|------|------------------------------------|
| 1 | 980 | | | ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBENTURES |

BELO HORIZONTE

Local

20 DE NOVEMBRO DE 2014

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: **PEDRO BERTO DA SILVA**

Assinatura:

Telefone de Contato: **(31) 32906646**

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

DECISÃO SINGULAR

Nome(s) Empresarial(ais) igual (ais) ou semelhante(s):

SIM

☒ DECISÃO COLEGIADA



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: ED.000.193-2/000
EM 21/11/2014
#ANDRADE GUTIERREZ S/A#

PROTOCOLO: 14/780.544-9
AN1500667

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



Processo em Ordem
À decisão

20/11/14
Data

Daniela Gontijo Silva
Analista de Gestão e Registro Empresarial
MASP 1292433-9

NÃO / /
Data

Responsável

NÃO / /
Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

Processo em exigência.

(Vide despacho em folha anexa)

Processo deferido. Publique-se e arquite-se.

Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

DECISÃO COLEGIADA

Processo em exigência.

(Vide despacho em folha anexa)

Processo deferido. Publique-se e arquite-se.

Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

20/11/2014
Data

Cleider Gomes Figueirôa
Vogal

Presidente da Turma

Felipe Augusto Lemos de Paula
Vogal

Vicente de Paula Aleixo Dias
Vogal

OBSERVAÇÕES *Promoveção para assinar com o requerimento (34/722.878-6)*



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5415012 em 21/11/2014 da Empresa ANDRADE GUTIERREZ S/A, Nire 31300014819 e protocolo 147805449 - 20/11/2014. Autenticação: 3AE697CCBA50F0A4E0DEDE5988C1A7CE8A633E9. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 14/780.544-9 e o código de segurança WW3G Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/11/2014 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 1/46

2
46

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª (QUARTA) EMISSÃO (SENDO A 3ª
(TERCEIRA) EMISSÃO PÚBLICA) DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, DA
ANDRADE GUTIERREZ S.A.

São partes neste "Instrumento Particular de Escritura da 4ª (quarta) Emissão (sendo a 3ª (terceira) Pública) de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Andrade Gutierrez S.A." ("Escritura"):

- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto de sua quarta emissão (sendo a terceira pública) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária ("Debêntures"):

ANDRADE GUTIERREZ S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida do Contorno n.º 8.123, CEP 30110-937, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o n.º 17.262.197/0001-30, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Companhia");

- II. como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"):

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas n.º 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.343.682/0001-38, ("Agente Fiduciário" ou "Pentágono" e, em conjunto com a Companhia denominados como "Partes");

que resolvem celebrar esta Escritura de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1. A emissão das Debêntures ("Emissão"), nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação das Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), e a celebração desta Escritura e do Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo) serão realizadas com base nas deliberações da assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia realizada em 19 de novembro de 2014 ("AGE").

[Assinatura]

[Assinatura]



3
46

2. REQUISITOS

2.1. A Emissão, a Oferta e a celebração desta Escritura e do Contrato de Distribuição serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- I. *Arquivamento e publicação das atas dos atos societários.* Nos termos do artigo 62, inciso I e do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, a ata da AGE será arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no jornal "Diário do Comércio".
- II. *Inscrição e registro desta Escritura.* Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCEMG.
- III. *Registro para Distribuição.* As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP.
- IV. *Registro para Negociação e Custódia Eletrônica.* Observado o disposto na Cláusula 5.4 abaixo, as Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.
- V. *Registro da Oferta pela CVM.* A Oferta está automaticamente dispensada de registro pela CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação.
- VI. *Registro da Oferta pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA").* A Oferta será objeto de registro pela ANBIMA, nos termos do artigo 1º, parágrafo 2º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", apenas para fins de envio de informações para a Base de Dados da ANBIMA, desde que sejam divulgadas as diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, até a data de envio do comunicado de encerramento da Oferta.

3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

3.1. De acordo com o Estatuto Social da Companhia atualmente em vigor, o objetivo da Companhia é a organização, administração, instalação e participação em empresas nacionais e/ou estrangeiras, com capital próprio, como sócia ou acionista.

M.

S. H.



4
46

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Oferta serão integralmente utilizados, dentro da gestão ordinária de seus negócios, para (i) a realização da aquisição facultativa de, no mínimo, R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) de debêntures da 3ª (terceira) emissão da Companhia; (ii) o reperfilamento de dívidas financeiras da Companhia; e (iii) a recomposição ou reforço de caixa da Companhia.

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

- 5.1. *Colocação.* As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 476, das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis e do "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob o Regime de Garantia Firme, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, da Quarta Emissão (sendo a Terceira Pública) da Andrade Gutierrez S.A." ("Contrato de Distribuição"), com a intermediação de BB – Banco de Investimento S.A. ("Coordenador Líder") e do Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI" e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores"), sob o regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures, nos termos do Contrato de Distribuição, tendo como público alvo investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, conforme disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").
- 5.1.1. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição de Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados.
- 5.1.2. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Companhia.
- 5.2. *Prazo de Subscrição.* Respeitado o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 2 acima, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta, observado o disposto nos artigos 7-A e 8º, parágrafo 2º, ambos da Instrução CVM 476.
- 5.3. *Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização.* As Debêntures serão subscritas e integralizadas, em uma única data, por meio do MDA, por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), considerando-se 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento.

M.

S



5/46

5.4. *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data da respectiva subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM 476, observado o cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, observadas as normas e condutas previstas no artigo 12 da Instrução CVM 476. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, exceto se a Companhia obtiver o registro de que trata o artigo 21 da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, nos termos do artigo 15 da Instrução CVM 476.

6. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

- 6.1. *Número da Emissão.* A presente Escritura constitui a quarta emissão (sendo a terceira pública) de debêntures da Companhia.
- 6.2. *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão é de R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).
- 6.3. *Quantidade de Debêntures Emitidas.* Serão emitidas 600.000 (seiscentas mil) Debêntures.
- 6.4. *Valor Nominal Unitário.* O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (hum mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
- 6.5. *Séries.* A Emissão será realizada em série única.
- 6.6. *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador (conforme definido abaixo), e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.
- 6.7. *Escriturador Mandatário.* A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus s/n.º, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Escriturador").
- 6.8. *Banco Liquidante.* A instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Debêntures é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus s/n.º, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante").

MA

ST



6/46

- 6.9. *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.
- 6.10. *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.
- 6.11. *Data de Emissão.* Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 19 de novembro de 2014 ("Data de Emissão").
- 6.12. *Prazo e Datas de Vencimento.* As Debêntures terão prazo de vencimento de 3 (três) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 19 de novembro de 2017 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura.
- 6.13. *Pagamento do Valor Nominal Unitário.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização antecipada das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura, o Valor Nominal Unitário, ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures será pago em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento.
- 6.14. *Remuneração:*
- I. *atualização monetária:* O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; e
 - II. *juros remuneratórios:* A partir da Data de Integralização, as Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente à variação acumulada de 115,66% (cento e quinze inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressa em forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos desde a Data de Integralização, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento ("Remuneração"). A Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, nos dias 19 dos meses de maio e novembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 19 de maio de 2015 e o último, na Data de Vencimento ou, conforme o caso, na data do resgate antecipado das Debêntures, da amortização antecipada das Debêntures e/ou do vencimento antecipado das Debêntures. Farão jus à Remuneração os titulares das Debêntures ao final do dia útil imediatamente anterior à data de pagamento. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula, que segue os critérios de cálculo

MA

CS



7/46

do "Caderno de Fórmulas de Debêntures – CETIP21", o qual está disponível para consulta na página da CETIP na Internet (<http://www.cetip.com.br>):

$$J = VNe \times (\text{FatorDI} - 1) \text{ onde,}$$

J = Valor unitário dos juros remuneratórios das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento, devidos no final do Período de Capitalização;

VNe = Valor Nominal Unitário, ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, da Debênture no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até data de término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde,

n = número total de Taxas DI considerados no Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

p = 115,66 (cento e quinze inteiros e sessenta e seis centésimos);

TDI_k = Taxa DI de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

DI_k = Taxa DI de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada, com 2 (duas) casas decimais.

Observações:

- (a) O fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;

M

(Handwritten signature and initials)



8/46

(b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100}\right)$, sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

(c) Se os fatores diários estiveram acumulados, considerar-se-á o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

(d) "Período de Capitalização": significa o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização ou na data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração; e

(e) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

6.14.1. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Companhia não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 6.14.2, 6.14.3 e 6.14.4 abaixo.

6.14.2. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI às Debêntures, ou determinação judicial proibindo tal aplicação, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula 11 abaixo e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Companhia, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração que será aplicada, observado o disposto na Cláusula 6.14.3 abaixo.

6.14.3. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures entre a Companhia e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), a Companhia deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário, ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescida da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a data de pagamento do resgate. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDI_k o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas



9
46

ainda as demais disposições previstas na Cláusula 6.14, inciso II e seguintes desta Escritura.

- 6.14.4. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI volte a ser divulgada ou apurada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures.
- 6.15. *Local de Pagamento.* Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia nas datas previstas nesta Escritura, utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriurador, para os titulares de Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.
- 6.16. *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Para os fins desta Escritura, "Dia Útil" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.
- 6.17. *Encargos Moratórios.* Caso a Companhia deixe de efetuar quaisquer pagamentos de quaisquer quantias devidas aos Debenturistas nas datas em que são devidos, tais pagamentos devidos e não pagos ficarão sujeitos a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora calculados *pro rata temporis* pela taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago. Os encargos moratórios ora estabelecidos incidirão desde o efetivo descumprimento da obrigação respectiva até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
- 6.18. *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* Sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.14 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Companhia, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Companhia, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
- 6.19. *Repactuação.* Não haverá repactuação das Debêntures.

M.

S. H.



- 10
46
- 6.20. *Publicidade.* Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente disponibilizados na página da Companhia na rede mundial de computadores (www.andradegutierrez.com.br), bem como comunicados na forma de avisos, e publicados no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no jornal "Diário do Comércio", observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta e os prazos legais, devendo a Companhia comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. Caso a Companhia altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.
- 6.21. *Liquidez e Estabilização.* Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.
- 6.22. *Imunidade de Debenturistas.* Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriturador, conforme o caso, e à Companhia, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.
- 6.22.1. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 6.22 acima, e que tiver essa condição alterada e/ou revogada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, ou ainda, que tenha esta condição alterada e/ou revogada por qualquer outra razão que não as mencionadas nesta Cláusula 6.22.1, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e Escriturador, com cópia para a Companhia, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante e Escriturador ou pela Companhia.
- 6.22.2. Mesmo que tenha recebido a documentação referida na Cláusula 6.22 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Companhia depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida.
- 6.23. *Fundo de Amortização.* Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.
7. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, RESGATE ANTECIPADO OBRIGATÓRIO, AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA E AQUISIÇÃO FACULTATIVA



11
46

7.1. *Resgate Antecipado Facultativo*. Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo a partir da Data de Integralização, e com aviso prévio aos Debenturistas (por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 6.20 acima ou de comunicação individual, com cópia para o Agente Fiduciário) e à CETIP ("Comunicação de Resgate"), de 7 (sete) Dias Úteis da data do evento, resgatar antecipadamente a totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"), com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor do resgate antecipado (sendo que, para os fins de cálculo do prêmio, o valor do resgate antecipado significa o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento) ("Prêmio de Resgate"), correspondente a:

- I. 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) *flat*, caso o resgate antecipado ocorra entre a Data de Integralização, inclusive, e 19 de novembro de 2015, exclusive;
- II. 0,20% (vinte centésimos por cento) *flat*, caso o resgate antecipado ocorra entre a 19 de novembro de 2015, inclusive, e 19 de novembro de 2016, exclusive; e
- III. 0,10% (dez centésimos por cento) *flat*, caso o resgate antecipado ocorra entre 19 de novembro de 2016, inclusive, e a Data de Vencimento, exclusive.

7.1.1. Quando o Resgate Antecipado Facultativo ocorrer com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente no CETIP, o Resgate Antecipado Facultativo seguirá os procedimentos de liquidação de eventos adotados pela CETIP.

7.1.2. Na Comunicação de Resgate deverá constar: (a) a data de Resgate Antecipado Facultativo; (b) a menção de que o valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal Unitário ou o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, será acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização, ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do resgate antecipado; (c) o Prêmio de Resgate incidente; e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo.

M.



12
46

- 7.2. Resgate Antecipado Obrigatório. A Companhia se obriga a realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Obrigatório") nas seguintes hipóteses: (i) ocorrência da redução da classificação de risco da Companhia abaixo de AA(bra) em escala nacional pela Fitch ou equivalente pela Standard & Poor's e/ou Moody's (sendo admitido o *rating* privado da Companhia); ou (ii) venda de ativos pela Companhia em percentual superior a 20% (vinte por cento) da geração de caixa da Companhia, com base no fluxo de dividendos proveniente das empresas controladas, conforme divulgado no último demonstrativo financeiro anual da Companhia, sendo certo que, neste caso, os recursos oriundos de tal venda deverão ser utilizados integral e prioritariamente no Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures.
- 7.2.1. O valor do Resgate Antecipado Obrigatório será equivalente ao Valor Nominal Unitário, ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; e (ii) do Prêmio de Resgate estipulado na Cláusula 7.1 acima, observada a data do respectivo Resgate Antecipado Obrigatório.
- 7.2.2. A CETIP e os Debenturistas deverão ser comunicados pela Companhia (por meio de comunicação individual, com cópia para o Agente Fiduciário, o Escriturador e o Banco Liquidante), sobre o respectivo Resgate Antecipado Obrigatório, com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data de Resgate Antecipado Obrigatório.
- 7.2.3. As Debêntures resgatadas pela Companhia, conforme previsto nesta Cláusula 7.2 serão obrigatoriamente canceladas.
- 7.3. Amortização Antecipada Facultativa. Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo a partir, inclusive, da Data de Integralização, e com aviso prévio aos Debenturistas (por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 6.20 acima ou de comunicação individual, com cópia para o Agente Fiduciário e à CETIP) ("Comunicação de Amortização"), de 7 (sete) Dias Úteis da data do evento, realizar amortizações antecipadas ("Amortização Antecipada Facultativa") sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, mediante o pagamento de parcela do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizada, limitada a 95% (noventa e cinco por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor da amortização antecipada (sendo que, para os fins de cálculo do prêmio, o valor da amortização antecipada significa a parcela do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizada, acrescido da

Handwritten initials and signature.



13
46

Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento), correspondente a:

- I. 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) *flat*, caso a amortização antecipada ocorra entre a Data de Integralização, inclusive, e 19 de novembro de 2015, exclusive;
- II. 0,20% (vinte centésimos por cento) *flat*, caso a amortização antecipada ocorra entre a 19 de novembro de 2015, inclusive, e 19 de novembro de 2016, exclusive; e
- III. 0,10% (dez centésimos por cento) *flat*, caso a amortização antecipada ocorra entre 19 de novembro de 2016, inclusive, e a Data de Vencimento, exclusive.

7.3.1. Os valores pagos a título de amortização do Valor Nominal Unitário serão sempre imputados de forma proporcional ao valor da parcela vincenda de amortização do Valor Nominal Unitário constantes da Cláusula 6.13 acima, de forma automática e independentemente de qualquer formalidade adicional (inclusive independentemente de qualquer aditamento a esta Escritura), mantendo-se inalterada a data de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário.

7.3.2. Na Comunicação de Amortização deverá constar: (a) a Data da Amortização Facultativa; (b) o percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável) que será amortizado, a ser definido a exclusivo critério da Companhia, mas, em todo caso, limitado a 95% (noventa e cinco por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures à época da amortização; (c) a menção de que a parcela do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) a ser amortizada será acrescida da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Antecipada Facultativa.

7.4. *Aquisição Facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável da CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação.

A

G A



14
46

8. VENCIMENTO ANTECIPADO

8.1. Sujeito ao disposto nas Cláusulas 8.1.1 a 8.3 abaixo, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigirá o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos nas Cláusulas 8.1.1 e 8.1.2 abaixo (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):

8.1.1. Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial:

- (a) descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures não sanada no prazo de até 1 (um) Dia Útil;
- (b) caso ocorra (i) a dissolução, liquidação ou a extinção da Companhia; (ii) a decretação de falência da Companhia; (iii) o pedido de autofalência, por parte da Companhia; (iv) o pedido de falência formulado por terceiros em face da Companhia e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, ou não contestado no prazo legal; (v) a apresentação de pedido, por parte da Companhia, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (vi) o ingresso pela Companhia em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (vii) nos termos da regulamentação aplicável à época, qualquer evento que legalmente caracterize estado de insolvência da Companhia que não aqueles descritos nos subitens (i) a (vi) acima;
- (c) decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Companhia, principal ou acessória, de caráter financeiro, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), a ser atualizado, anualmente, de acordo com a variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"), ou seu equivalente em outra moeda;
- (d) protesto de títulos contra a Companhia cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), a ser atualizado, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro e tenha sido obtida

M

B X



medida judicial adequada para a anulação ou sustação de seus efeitos; (b) o protesto foi cancelado; (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo; ou (d) o montante protestado foi devidamente quitado pela Companhia;

- (e) descumprimento de qualquer decisão arbitral ou judicial transitada em julgado de natureza condenatória contra a Companhia, em valor, individual ou agregado, na data em que a referida decisão deveria ter sido cumprida, igual ou superior a R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), a ser atualizado, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou seu equivalente em outras moedas;
- (f) inadimplemento de qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual a Companhia seja parte como mutuária ou garantidora, não sanado no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), a ser atualizado, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou seu equivalente em outra moeda;
- (g) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer outra forma de reorganização societária que envolva a Companhia e/ou quaisquer de suas sociedades controladas, sendo que, para os fins desta Escritura, sociedades controladas são aquelas em que mais de 50% (cinquenta por cento) do capital votante seja detido, direta ou indiretamente, pela Companhia ("Sociedades Controladas"), sem prévia anuência de titulares que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocadas para esse fim, exceto (1) pela incorporação, pela Companhia, de qualquer de suas Sociedades Controladas ou coligadas (de modo que a Companhia seja a incorporadora); e/ou (2) pela reorganização societária realizada exclusivamente entre a Companhia e as Sociedades Controladas, sendo certo que, em ambos os casos descritos nos subitens (1) e (2) acima, após a respectiva transação societária, a Companhia deverá deter o controle das demais sociedades envolvidas;
- (h) transformação societária da Companhia, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (i) venda, cessão, transferência ou qualquer tipo de alienação, pela Companhia ou por qualquer das controladas da Companhia, incluindo sem limitação a Andrade Gutierrez Concessões, em qualquer operação isolada ou série de operações, de participações societárias ou de bens imóveis que tenham contribuído com mais de 20% (vinte por cento) do EBITDA (que significa o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações e equivalências patrimoniais, apurado ao longo dos últimos 4 (quatro) trimestres) consolidado da Companhia referente aos 4 (quatro) trimestres



16
46

imediatamente anteriores à respectiva venda ou alienação, exceto (A) conforme permitido na alínea (j) abaixo; e (B) pela eventual transferência de ações de emissão da CEMIG pela AGC Energia S.A. para fins do estrito cumprimento do disposto no "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Privada de Debentures Perpétuas Participativas, Não-Convertíveis, Permutáveis, da Espécie com Garantia Real, Em Série Única, da AGC Energia S.A.", datada de 28 de fevereiro de 2011, conforme aditada de tempos em tempos;

- (j) criação de penhor, caução, alienação ou cessão fiduciária, usufruto, ou qualquer outro ônus, gravame, vinculação, oneração ou direito de garantia equivalente ("Ônus"), sobre participações societárias de propriedade da Companhia e/ou das Sociedades Controladas, excetuados: (a) os Ônus existentes na Data de Emissão; (b) os Ônus criados em decorrência de renovações ou substituições ou repactuações ou formalizações, totais ou parciais, em qualquer dos casos desta alínea, em relação a dívida garantida e existente na Data de Emissão; (c) os Ônus criados em decorrência de eventual operação da Companhia com o Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES ou qualquer outro banco de fomento; (d) usufrutos sobre ações de emissão de Sociedades Controladas até o valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); ou (e) os Ônus cujas obrigações garantidas não ultrapassem, em conjunto, 20% (vinte por cento) do EBITDA (que significa o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações e equivalências patrimoniais, apurado ao longo dos últimos 4 (quatro) trimestres) consolidado da Companhia, nos 4 (quatro) trimestres imediatamente anteriores à criação de tal Ônus;
- (k) reduções do capital social da Companhia, exceto se (a) realizada com a finalidade de absorver prejuízos acumulados, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; e (b) com relação à Companhia, previamente aprovada por Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme disposto no artigo 174, §3º da Lei das Sociedades por Ações;
- (l) suspensão, por iniciativa da Companhia, da negociação ou do registro de negociação das Debêntures junto à CETIP;
- (m) cessão, promessa de cessão, transferência ou qualquer outra forma de alienação de quaisquer das obrigações da Companhia relacionadas às Debêntures, sem prévia anuência de titulares que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocadas para esse fim; e

16

16



17
46

- (n) resgate ou amortização de ações, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas pela Companhia, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta Escritura.

8.1.2. Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento não automático das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 8.2 abaixo, qualquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento:

- (a) descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária estabelecida nesta Escritura, não sanado no prazo máximo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da ocorrência do descumprimento;
- (b) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações ou quotas do capital social da Companhia e/ou das Sociedades Controladas, de modo a resultar em um Impacto Adverso Relevante para a Companhia;
- (c) ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Companhia, ou qualquer operação de alienação, cessão ou transferência direta de ações do capital social da Companhia, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resulte na perda, pelos atuais controladores da Companhia, do poder de controle direto ou indireto da Companhia;
- (d) se os Debenturistas desta Emissão deixarem de concorrer, no mínimo, em condições *pari passu* com os demais credores das demais dívidas quirografárias da Companhia, exceto no que tange às obrigações que gozem de preferência ou privilégio por força de disposição legal;
- (e) mudança ou alteração relevante no objeto social da Companhia de forma a alterar as suas atuais atividades principais ou a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades desenvolvidas atualmente;
- (f) caso quaisquer declarações ou garantias prestadas pela Companhia nesta Escritura não sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- (g) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças da Companhia e/ou das Sociedades Controladas, exceto se (i) no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Companhia ou as Sociedades Controladas, obtiver um provimento administrativo ou judicial que autorize a regular continuidade das atividades até a renovação ou obtenção das autorizações, concessões, alvarás ou licenças respectivas; ou (ii)

14.





18
46

se a não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão comprovadamente não resultar em um Impacto Adverso Relevante (conforme definido abaixo) para a Companhia;

- (h) autuação pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, que resulte em um Impacto Adverso Relevante para a Companhia;
- (i) aplicação e ou destinação dos recursos obtidos com a Emissão de forma diversa à prevista na presente Escritura;
- (j) declaração de nulidade ou invalidade desta Escritura por decisão judicial ou arbitral que não seja revertida em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da respectiva decisão, ou no prazo legal existente, o que ocorrer primeiro; e
- (k) não cumprimento, pela Andrade Gutierrez Participações S.A. (CNPJ n.º 04.031.960/0001-70) ("AGPar") e/ou pela Construtora Andrade Gutierrez S.A. (CNPJ n.º 17.262.213/0001-94) ("CAG"), durante a vigência das Debêntures, dos índices financeiros a seguir descritos por 2 (dois) períodos consecutivos de apuração, a serem verificados trimestralmente, no caso da AGPar, e por 2 (dois) períodos consecutivos de apuração, a serem verificados semestralmente no caso da CAG, acompanhados pelo Agente Fiduciário, com base nas demonstrações financeiras trimestrais individuais auditadas da AGPar e nas demonstrações financeiras semestrais consolidadas auditadas da CAG, sendo que o primeiro acompanhamento do atendimento dos Índices Financeiros (conforme definido abaixo) a ser realizada pelo Agente Fiduciário deverá ocorrer com relação aos números divulgados pela AGPar e pela CAG, conforme o caso, relativos à 31 de dezembro de 2014:
 - (i) Com relação à AGPar, o índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo Patrimônio Líquido (conforme definidos abaixo) não deverá ser superior ou igual a 1,00 (um inteiro) ("Índice Financeiro da AGPar"); e
 - (ii) Com relação à CAG, o índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA (conforme definidos abaixo) não deverá ser superior ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos) ("Índice Financeiro da CAG") e, conjuntamente com o Índice Financeiro da AGPar, os "Índices Financeiros").

Onde:

"Dívida Líquida" significa (a) o somatório de todas as dívidas financeiras individuais da AGPar e/ou consolidadas da CAG junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, no mercado de capitais local e/ou internacional, bem como avais

14.
S. H.



19
46

ou fianças prestadas pela AGPar ou CAG, exceto (i) fianças ou avais prestados para fins exclusivos de assegurar a finalização de obras ou garantias de obras (fiança completion); e (ii) fianças ou avais prestados em favor da AGPar, da CAG e/ou de qualquer de suas respectivas sociedades controladas (que são, para o fins deste inciso (k), aquelas sociedades em que mais de 50% (cinquenta por cento) do capital votante seja detido, direta ou indiretamente, pela AGPar e/ou pela CAG); (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) e do diferencial por operações com derivativos;

"Patrimônio Líquido" significa o patrimônio líquido da AGPar ou da CAG constante das demonstrações financeiras trimestrais individuais da AGPar ou das demonstrações financeiras semestrais consolidadas da CAG, conforme o caso, imediatamente anteriores à data da verificação dos Índices Financeiros pelo Agente Fiduciário; e

"EBITDA" significa o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações e equivalências patrimoniais, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses.

Adicionalmente, o Índice Financeiro da CAG será verificado semestralmente, com base nas demonstrações financeiras semestrais consolidadas da CAG, sendo que: (i) relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de cada ano, demonstrações financeiras, neste caso, auditadas por auditores independentes devidamente registrados na CVM; e (ii) relativas aos semestres encerrados em 30 de junho de cada ano, demonstrações financeiras, neste caso, não auditadas por auditores independentes, mas que serão acompanhadas de comunicação formal de um diretor estatutário da CAG atestando a validade e correção dos dados financeiros nelas apresentados.

- 8.2. Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 8.1.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 3 (três) Dias Úteis da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula 11 abaixo e o quorum específico estabelecido na Cláusula 8.2.1 abaixo. As Assembleias Gerais aqui previstas poderão também ser convocadas pela Companhia, na forma da Cláusula 11.2 abaixo.
- 8.2.1. Se, na Assembleia Geral referidas na Cláusula 8.2 acima, os Debenturistas detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, deliberarem pelo não vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado das Debêntures.

A

B



22
46

8.2.2. Adicionalmente ao disposto nas Cláusulas 8.2 e 8.2.1 acima, na hipótese de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas, em segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 8.3 abaixo.

8.3. Observado o disposto nesta Cláusula 8, em caso de vencimento antecipado das Debêntures a Companhia obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o Valor Nominal Unitário, ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de cada Debênture, acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura, em até 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento, pela Companhia, da comunicação escrita enviada pelo Agente Fiduciário neste sentido, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 6.17 desta Escritura.

9. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA

9.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Companhia obriga-se, ainda, a:

9.1.1. Disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores, dentro do prazo máximo, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável à época, contado após o término do exercício social de cada ano ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas, relativas ao exercício social então encerrado, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil.

9.1.2. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado do respectivo arquivamento na JUCEMG, via original da Escritura e seus eventuais aditamentos;
- (b) os avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias gerais de acionistas que de alguma forma envolvam os interesses dos Debenturistas em até 5 (cinco) dias corridos após as respectivas publicações;
- (c) em até 10 (dez) dias corridos contados do recebimento de solicitação do Agente Fiduciário, todos os dados financeiros, atos societários e organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive os controladores, as controladas, as sociedade sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Companhia, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, necessários à elaboração do relatório anual, além de quaisquer informações relevantes com relação às Debêntures

14.
ES



21/
46

ou quaisquer informações necessárias no âmbito da prestação de serviços pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura e respeitando os prazos legais e regulamentares a que tais informações estejam sujeitas, que lhe venham a ser razoavelmente solicitadas, por escrito, pelo Agente Fiduciário;

- (d) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Companhia relativa a um Evento de Inadimplemento ou a esta Escritura, em até 1 (um) Dia Útil do seu recebimento;
 - (e) informações sobre (i) ocorrência de qualquer das hipóteses previstas na Cláusula 7.2 acima que ensejam o Resgate Antecipado Obrigatório; ou (ii) qualquer fato que seja do conhecimento da Companhia e que possa vir a afetar, de forma negativa, o seu desempenho financeiro e operacional, em até 1 (um) Dia Útil da ocorrência de tal fato;
 - (f) dentro de, no máximo, 15 (quinze) dias após a publicação das demonstrações financeiras da Companhia, declaração assinada por qualquer dos diretores da Companhia, na forma do seu estatuto social, atestando: (i) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura; (ii) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Companhia perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (iii) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social; e
 - (g) dentro de, no máximo, 15 (quinze) dias após a publicação das demonstrações financeiras da AGPar e da CAG, declaração de representantes da AGPar e da CAG atestando a efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade das informações constantes das demonstrações financeiras da AGPar e da CAG, bem como a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias, elaborada pela AGPar e pela CAG, que demonstre o cumprimento dos Índices Financeiros pela AGPar e pela CAG, podendo o Agente Fiduciário solicitar à AGPar e/ou à CAG e/ou aos auditores independentes da AGPar e da CAG todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.
- 9.1.3. Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis.
- 9.1.4. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário, respeitado o disposto na regulamentação aplicável, inclusive no inciso XIII do artigo 12 da Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28") realize, em base razoável e quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Companhia.

MA

ST



22
46

- 9.1.5. Convocar, nos termos da Cláusula 11 abaixo, Assembleias Gerais para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça.
- 9.1.6. Cumprir com as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam:
- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
 - (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, no prazo máximo de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM 358") no tocante ao dever de sigilo e as vedações à negociação;
 - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente aos Coordenadores; e
 - (g) fornecer todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CVM, ANBIMA ou pela CETIP.
- 9.1.7. Enviar imediatamente as informações divulgadas na rede mundial de computadores nos termos das alíneas (c) e (d) da Cláusula 9.1.6 acima às entidades administradoras dos mercados em que as Debêntures forem admitidas à negociação;
- 9.1.8. Manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário junto ao CETIP 21 durante o prazo de vigência das respectivas Debêntures, efetuando o pagamento pontual dos custos decorrentes desses registros.
- 9.1.9. Estruturar e manter em adequado funcionamento um departamento para atender aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.
- 9.1.10. Notificar em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário em caso de mudança na natureza ou escopo dos negócios e operações da Companhia.

M.

ES



- 9.1.11. Cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto no que se referir a leis, regras, regulamentos e ordens cujo descumprimento não resulte em impacto adverso relevante para suas atividades (inclusive decorrentes de impactos negativos de caráter reputacional ou de imagem), ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias ou não relativas às Debêntures, decorrentes desta Escritura e/ou a qualquer outra dívida que, se vencida e não paga, possa acarretar o vencimento antecipado das Debêntures ("Impacto Adverso Relevante").
- 9.1.12. Cumprir rigorosamente a legislação ambiental e trabalhista em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social e, ainda, proceder a todas as diligências exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor, exceto aquelas que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não resulte em um Impacto Adverso Relevante.
- 9.1.13. Exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo ou venham a ser questionados pela Companhia na esfera judicial ou administrativa ou cujo não pagamento resulte em Impacto Adverso Relevante, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal.
- 9.1.14. Adotar todas as medidas necessárias para:
- (a) preservar todos os seus direitos, títulos de propriedade, licenças e ativos necessários para a condução dos seus negócios dentro do respectivo objeto social e das práticas comerciais usuais, exceto cujo descumprimento não resulte em um Impacto Adverso Relevante;
 - (b) manter em boas condições os bens utilizados na condução de seus negócios, excetuando-se pelo desgaste normal, exceto cujo descumprimento não resulte em um Impacto Adverso Relevante;
 - (c) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, observados os períodos de carência aplicáveis, todas as suas obrigações, inclusive, mas sem limitação, as de natureza fiscal, trabalhista e comercial, exceto cujo descumprimento não resulte em um Impacto Adverso Relevante; e
 - (d) estender as medidas elencadas nos subitens (a) a (c) desta Cláusula 9.1.14 para as Sociedades Controladas, conforme aplicável.

M.

S



24
46

- 9.1.15. Contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo: (a) o Banco Liquidante; (b) o Escriturador; (c) o Agente Fiduciário; e (d) o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP 21).
- 9.1.16. Comunicar ao Agente Fiduciário o descumprimento de qualquer cláusula, termos ou condições desta Escritura, inclusive com relação a suas obrigações, pecuniárias e não pecuniárias, contraídas perante os titulares das Debêntures, em até 1 (um) Dia Útil após o referido descumprimento.
- 9.1.17. Comunicar ao Agente Fiduciário em até 1 (um) Dia Útil qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos prevista na Cláusula 4 acima.
- 9.1.18. Efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura.
- 9.1.19. Informar ao Agente Fiduciário o valor e a data de pagamento de toda e qualquer remuneração referente às Debêntures, em até 5 (cinco) dias após o respectivo pagamento, para que o Agente Fiduciário possa cumprir com suas obrigações, inclusive aquela constante da Cláusula 10.4 abaixo.
- 9.1.20. Não ceder, transferir ou de qualquer forma alienar quaisquer de suas obrigações relacionadas às Debêntures, sem a prévia e expressa aprovação da totalidade dos titulares das Debêntures.
- 9.1.21. Não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social.
- 9.1.22. Apresentar, por meio desta Escritura e da declaração prestada nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 476, declarações e informações verdadeiras, completas e corretas, comprometendo-se a notificar em até 3 (três) Dias Úteis o Agente Fiduciário, por escrito, caso qualquer das declarações aqui previstas e/ou as informações fornecidas pela Companhia, se tornarem imprecisas, incompletas ou não corresponderem mais à realidade.
- 9.1.23. A Companhia obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da falta de veracidade, consistência, qualidade e suficiência de quaisquer das suas declarações prestadas na presente Escritura.
- 9.1.24. Informar ao Agente Fiduciário, na forma da Cláusula 13 abaixo, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da ocorrência do evento, sobre a ocorrência de qualquer

M.

S. #



25/
46

reorganização societária em que esteja envolvida ou sobre a alteração de seu objeto social, ressalvadas exceções previstas nos incisos (g) e (i) da Cláusula 8.1.1 acima, sem prejuízo da eventual ocorrência de um Evento de Inadimplemento.

9.1.25. A Companhia se obriga a (i) contratar uma agência de classificação de risco, entre Standard & Poor's ou a Fitch ou a Moody's, para realizar, anualmente, a partir da Data de Emissão, a atualização do relatório de classificação de risco (*rating*) privado da Companhia, até o integral pagamento das Debêntures em Circulação; (ii) disponibilizar aos Debenturistas ou ao Agente Fiduciário acesso aos referidos relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Companhia; (iii) comunicar em até 5 (cinco) Dias Úteis ao Agente Fiduciário sobre qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco, observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco da Companhia, a Companhia deverá, a seu exclusivo critério, contratar outra agência de classificação de risco, sem necessidade de prévia aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's ou a Fitch ou a Moody's. A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, contratar a referida agência de classificação de risco, dentre a Standard & Poor's, Fitch ou Moody's, para realizara classificação de risco (*rating*) da Companhia.

9.1.26. A Companhia obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário

10. AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1. *Nomeação.* A Companhia nomeia e constitui o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, a qual, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar perante a Companhia a comunhão dos titulares das Debêntures.

10.1.1. O Agente Fiduciário declara, neste ato, que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas, ou defeitos de que tenha tido conhecimento.

At.

ES



26
46

- 10.2. *Remuneração do Agente Fiduciário.* Será devida pela Companhia ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma: parcelas anuais de R\$4.000,00 (quatro mil reais), sendo a primeira devida no 5º (quinto) Dia Útil após a assinatura desta Escritura e as demais na mesma data dos anos subseqüentes, até a liquidação integral das Debêntures.
- 10.2.1. No caso de inadimplemento da Companhia, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Companhia, desde que razoáveis e devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais relativas a ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações ajuizadas contra o Agente Fiduciário no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas na hipótese de a Companhia permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar aos Debenturistas garantia prévia Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.
- 10.2.2. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Companhia e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.
- 10.2.3. O Agente Fiduciário deverá, com exceção ao primeiro pagamento, enviar aviso de cobrança da remuneração à Companhia com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de cada pagamento, sendo que se a Companhia não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Companhia, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades.
- 10.2.4. A remuneração prevista na Cláusula 10.2 acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Companhia e não inclui o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

M.

ST



27
46

- 10.2.5. As parcelas referentes a Cláusula 10.2 acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela referida na Cláusula 10.2 acima, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculada *pro rata die* se necessário.
- 10.2.6. A remuneração não inclui as despesas razoáveis com publicações, taxas, emolumentos, autenticação de documentos, despachantes para obtenção de certidões, registros, cópias, *conference calls*, contatos telefônicos, notificações, transporte, alimentação, extração de certidões, viagens e estadias, necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Companhia, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome e acompanhadas dos respectivos comprovantes, ou reembolso, sempre que possível, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas razoáveis com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Companhia.
- 10.2.7. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) ao mês e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, calculada desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.
- 10.2.8. Os valores descritos acima serão acrescidos dos seguintes tributos incidentes sobre a remuneração: (a) Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS); (b) Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS); (c) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS); e (d) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda (IR), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras, de forma que estes valores correspondam a valores líquidos de todos os tributos incidentes sobre a prestação de serviços de agente fiduciário pelas instituições financeiras.
- 10.2.9. A remuneração cobre os serviços inerentes à função, a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como a participação do Agente Fiduciário em Assembleias Gerais.
- 10.3. *Substituição.* Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da

A.

BT



28
46

convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Companhia efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

- 10.3.1. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista nesta Escritura, salvo se outra for negociada com a Companhia, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente.
- 10.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar em até 1 (um) Dia Útil o fato aos Debenturistas e à Companhia, mediante convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, pedindo sua substituição.
- 10.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.
- 10.3.4. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.
- 10.3.5. A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, deverá ser objeto de aditamento a presente Escritura.
- 10.3.6. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até o pagamento integral do saldo devedor das Debêntures, o que ocorrer primeiro.
- 10.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.
- 10.4. *Deveres.* Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
 - (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
 - (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

M.

Handwritten signature and initials.



29
46

- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Companhia não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Companhia para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Companhia;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Companhia de forma justificada cujos custos deverão ser arcados pela Companhia;
- (j) convocar, quando necessário, Assembleias Gerais de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 6.20 acima, respeitadas as disposições desta Escritura e as demais regras aplicáveis constantes da Lei das Sociedades por Ações;
- (k) comparecer à(s) Assembleia(s) Geral(is) de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações contábeis da Companhia enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Companhia;

28

BT



30/46

- (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (v) amortização, aquisição facultativa e pagamentos de remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Companhia;
- (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Companhia;
- (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Companhia nesta Escritura, inclusive quanto à ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 8.1 acima;
- (viii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (ix) relação dos bens e valores entregues à sua administração em razão das Debêntures; e
- (x) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Companhia, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os dados sobre tais emissões listados abaixo:
 - (a) denominação da companhia ofertante;
 - (b) valor da emissão;
 - (c) quantidade de debêntures emitidas;
 - (d) espécie;
 - (e) prazo de vencimento das debêntures;
 - (f) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
 - (g) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período, conforme aplicável.

Para tanto, a Companhia deverá disponibilizar cópia do organograma atualizado do seu grupo societário, contendo, inclusive controladores, controladas, sociedades sob controle comum, coligadas, e integrantes de bloco de controle, ao encerramento de cada exercício social.

A.

Q #



31/46

- (m) colocar à disposição o relatório de que trata a alínea (l) acima aos Debenturistas no prazo estabelecido pela regulamentação aplicável, a contar do encerramento do exercício social da Companhia, ao menos nos seguintes locais: (i) sede da Companhia; (ii) CVM; (iii) CETIP; e (iv) na sede dos Coordenadores;
- (n) publicar, às expensas da Companhia, nos órgãos da imprensa referidos na Cláusula 6.20 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (m) acima;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Companhia, o Banco Liquidante, a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao aqui disposto, a Companhia e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário neste sentido;
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (q) sem prejuízo do disposto na Cláusula 8 acima, notificar os Debenturistas por edital ou individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Companhia, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP;
- (r) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Companhia;
- (s) examinar qualquer proposta ou iniciativa de alteração do estatuto social da Companhia que objetive mudar o objeto social da Companhia, cumprindo-lhe convocar Assembleias Gerais para deliberar acerca de matéria em relação às Debêntures;
- (t) convocar, quando necessário, Assembleias Gerais nos termos desta Escritura e da regulamentação aplicável;
- (u) divulgar as informações referidas no inciso (l), alínea (x) desta Cláusula 10.4, através de sua central de atendimento e/ou em sua página da Internet (*website*), tão logo delas tenha conhecimento;
- (v) disponibilizar aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado o valor unitário das Debêntures, calculado pela Companhia em conjunto com o Agente Fiduciário, através de sua central de atendimento e/ou em sua página da Internet (*website*); e

M

[Handwritten signature]



32
46

- (w) acompanhar trimestralmente, no caso da AGPar, e semestralmente, no caso da CAG, a manutenção dos Índices Financeiros.

10.5. *Atribuições Específicas.* O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Companhia para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Companhia, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures conforme previsto na Cláusula 8 acima e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) requerer a falência da Companhia ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia.

10.5.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos subitens (a) a (c) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da totalidade dos Debenturistas detentores das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembleia Geral quando tal hipótese se referir ao disposto no inciso (d) acima.

10.6. *Despesas.* A Companhia ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

10.6.1. O ressarcimento a que se refere a Cláusula 10.6 acima será efetuado em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da entrega à Companhia de cópias dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas.

10.6.2. No caso de inadimplemento da Companhia, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Companhia, mediante comprovação do seu pagamento. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que

14.

CS



33
46

relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Companhia permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias.

10.6.3. As despesas a que se refere esta Cláusula 10.6 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) fotocópias, digitalizações, envio de documentos;
- (d) *conference calls* e contatos telefônicos;
- (e) locomoções entre estados da República Federativa do Brasil e respectivas hospedagens, transportes e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (f) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

10.6.4. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Companhia e gozará das mesmas garantias das Debêntures, se for o caso, preferindo as Debêntures na ordem de pagamento.

10.7. *Declarações do Agente Fiduciário.* O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28 para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Companhia que o impeça de exercer suas funções;

M.

B



34
46

- (e) estar ciente da Circular n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (k) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e
- (l) na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Companhia, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões: (i) 1ª emissão privada de debêntures simples, com garantia fidejussória, associada com opção de compra de ações, da AG Tel Participações S.A. ("1ª Emissão da AG Tel"), com vencimento em 30 de outubro de 2019, em que foram emitidas 125.000 (cento e vinte e cinco mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, conversão, amortização, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão da AG Tel são garantidas por garantia fidejussória prestada pela Companhia, conforme previsto na escritura de emissão; (ii) 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em três séries, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, com garantia fidejussória, da Andrade Gutierrez Participações S.A. ("2ª Emissão da Andrade Gutierrez Participações"), com vencimento em 15 de junho de 2017 para a 1ª série, 15 de junho de 2019 para a 2ª série e em 15 de junho de 2022, em que foram emitidas 63.945 (sessenta e três mil novecentas e quarenta e cinco) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$639.450.000,00 (seiscentos e trinta e nove milhões e quatrocentos e cinquenta mil reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 2ª Emissão da Andrade Gutierrez Participações contavam com fiança da Construtora Andrade Gutierrez S.A., conforme

M.

ES



35/46

previsto na escritura de emissão; (iii) 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em três séries, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, com garantia fidejussória, da Andrade Gutierrez Participações S.A. ("3ª Emissão da Andrade Gutierrez Participações"), com vencimento em 15 de junho, em que foram emitidas 18.000 (dezoito mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 3ª Emissão da Andrade Gutierrez Participações não possuem garantias, conforme previsto na escritura de emissão; (iv) 1ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Andrade Gutierrez Concessões S.A. ("1ª Emissão da AG Concessões"), com vencimento em 2 de maio de 2020, em que foram emitidas 25.400 (vinte e cinco mil e quatrocentas) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$254.000.000,00 (duzentos e cinquenta e quatro milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de conversão, amortização, resgate, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão da AG Concessões não possuem garantias, conforme previsto na escritura de emissão; e (v) 3ª emissão (sendo a 2ª (segunda) emissão pública) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Companhia ("3ª Emissão da Companhia"), com vencimento em 17 de dezembro de 2015, em que foram emitidas 43.000 (quarenta e três mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$430.000.000,00 (quatrocentos e trinta milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, conversão, amortização, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 3ª Emissão da Companhia não possuem garantias, conforme previsto na escritura de emissão.

- 10.7.1. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas, conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Companhia, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Companhia. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

M.

34

35



36
46

- 10.7.2. Sem prejuízo do seu dever de diligência, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Companhia ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Companhia, permanecendo sob obrigação legal e regulamentar da Companhia elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
- 10.7.3. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações constantes da Escritura e dos demais documentos da operação.
- 10.7.4. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente aprovados por titulares de Debêntures que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocadas para esse fim.
- 10.7.5. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Companhia para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros

11. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

- 11.1. Às assembleias gerais de Debenturistas ("Assembleias Gerais" ou, individualmente, "Assembleia Geral") aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.
- 11.2. *Convocação.* As Assembleias Gerais podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, pela CVM, ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação. Para deliberações em Assembleias Gerais das quais deverão participar todos os Debenturistas, nos termos desta Escritura e da regulamentação aplicável, a convocação poderá ser feita por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.
- 11.2.1. A convocação de Assembleias Gerais se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 6.20 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.
- 11.2.2. Qualquer Assembleia Geral deverá ser realizada em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer

PA.
CSA



37
46

Assembleia Geral em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral em primeira convocação.

- 11.2.3. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Companhia e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais.
- 11.2.4. Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos.
- 11.3. *Quorum de Instalação.* A(s) Assembleia(s) Geral(is) se instalará(ão), em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.
- 11.3.1. Para efeito da constituição de todos os "*quorum*" de instalação e/ou deliberação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, consideram-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (a) mantidas em tesouraria pela Companhia; ou (b) de titularidade de (i) empresas controladas pela Companhia (diretas ou indiretas), (ii) controladoras (ou grupo de controle) da Companhia e (iii) administradores da Companhia, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.
- 11.4. *Mesa Diretora.* A presidência de cada Assembleia Geral caberá a pessoa eleita pela maioria dos titulares das Debêntures, ou àquele que for designado pela CVM.
- 11.5. *Quorum de Deliberação.* Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 11.5.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 55% (cinquenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.
- 11.5.1. Não estão incluídos nos "*quorum*" mencionados na Cláusula 11.5 acima:
- (a) os "*quorum*" expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura;
 - (b) as alterações relativas (i) a qualquer das condições de remuneração das Debêntures, conforme previsto na Cláusula 6.14 acima; (ii) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, inclusive a Data de Vencimento, conforme previsto nesta Escritura; e/ou (iii) à espécie das

M
S



38/46

Debêntures, devendo qualquer alteração com relação às matérias mencionadas nesta alínea (b) ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação;

- (c) exceto para autorizações ou permissões (*waivers*) cujos "*quorum*" já estejam expressamente especificados em outros dispositivos desta Escritura, autorizações ou permissões (*waivers*) com relação a obrigações da Companhia decorrentes desta Escritura, devendo qualquer dessas autorizações ou permissões (*waivers*) ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação; e
 - (d) quaisquer alterações relativas à Cláusula 8 desta Escritura, que deverá ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral, seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.
- 11.6. *Alterações nesta Cláusula 11.* As alterações das disposições e/ou dos "*quorum*" estabelecidos nas Cláusulas 11.2 a 11.6 desta Escritura deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.
- 11.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia em quaisquer Assembleias Gerais.
- 11.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 11.9. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais, no que couber e não conflitar com o aqui disposto, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

12. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA COMPANHIA

- 12.1. A Companhia declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:
- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, sem registro de companhia aberta perante a CVM;
 - (b) cada uma de suas controladas foi devidamente constituída e é uma sociedade existente de acordo com as respectivas leis de suas respectivas jurisdições.

PA

ES



39/46

com plenos poderes e autoridade para ser titular, arrendar e operar suas propriedades e para conduzir seus negócios;

- (c) está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura, a emitir as Debêntures e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura e nos demais documentos relativos à Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Companhia, exequíveis de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (e) a celebração da presente Escritura e a Emissão foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem seu Estatuto Social ou qualquer lei ou restrição contratual que a vincule ou afete;
- (f) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Companhia de suas obrigações nos termos da presente Escritura, ou para a realização da Emissão, exceto pelo arquivamento desta Escritura (e seus aditamentos) na(s) competente(s) junta(s) comercial(is), bem como o registro das Debêntures junto à CETIP;
- (g) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Companhia nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Companhia, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (h) a Companhia e suas sociedades controladas possuem justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por elas detidos, exceto quando, individualmente ou em conjunto, não afetem adversamente a capacidade de cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (i) os balanços patrimoniais da Companhia auditados e datados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2013 e os balanços patrimoniais da Companhia com revisão limitada dos auditores independentes referentes aos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2013 e 2014, em conjunto com as correspondentes demonstrações de resultado da Companhia, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Companhia nas aludidas datas e os resultados operacionais da Companhia referentes aos períodos encerrados em

Handwritten signature and initials.



40
46

tais datas, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum Impacto Adverso Relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação material relevante envolvendo a Companhia fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Companhia, e não houve qualquer aumento substancial do endividamento da Companhia;

- (j) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que seja de conhecimento da Companhia, que possa vir a afetar a capacidade da Companhia de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e constantes das demonstrações financeiras da Companhia;
- (k) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, exceto no que se referir a autorizações e licenças (inclusive ambientais) cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em Impacto Adverso Relevante para suas atividades ou situação financeira;
- (l) a Companhia está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Companhia para as quais a Companhia possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância ou cujo descumprimento não resulte em um Impacto Adverso Relevante para a Companhia;
- (m) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (n) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são verdadeiros, consistentes, corretos, suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Companhia, tendo sido disponibilizadas informações sobre as operações relevantes da Companhia, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;
- (o) tem conhecimento de que não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;

M.

ES



41 / 46

- (p) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar, conforme entendimento razoável da Companhia, em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Companhia em prejuízo dos Debenturistas;
- (q) não tem nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;
- (r) cumpre e cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, incluindo, sem limitação, a obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 4 acima;
- (s) nenhuma das declarações constantes desta Cláusula 12 é falsa, incorreta ou enganosa, na data em que foi dada;
- (x) a celebração da Escritura e a Emissão não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais a Companhia seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Companhia, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (y) Exceto pela (i) primeira emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em três séries, da Companhia, no valor de R\$385.000.000,00 (trezentos e oitenta e cinco milhões de reais), emitidas em 28 de junho de 2012; e (ii) terceira emissão (sendo a segunda emissão pública) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografárias, em série única, da Companhia, no valor de R\$430.000.000,00 (quatrocentos e trinta milhões de reais), emitidas em 17 de dezembro de 2013, não há, nesta data, debêntures ou notas promissórias de outras emissões da Companhia cujo saldo devedor, total ou parcial, ainda esteja em aberto; e
- (z) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Companhia e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé.

13. DESPESAS

- 13.1. A Companhia arcará com todos os custos: (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) das taxas de registro aplicáveis, inclusive aquelas referentes ao registro desta Escritura e seus aditamentos na JUCEMG; (c) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura e os atos societários da Companhia; e (d) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Liquidante, Escriturador e outros prestadores de serviços essenciais à Emissão.

NA -

ES



42
46

14. COMUNICAÇÕES

14.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

I. Para a Companhia:

Andrade Gutierrez S.A.
Avenida do Contorno n.º 8.123, Cidade Jardim
30110-937 Belo Horizonte, MG
At.: Sr. Gustavo Coutinho
Telefone: (21) 2211-8108
Fax: (21) 2211-8032
E-mail: gustavo.coutinho@agnet.com.br

II. Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Avenida das Américas n.º 4.200 – Bloco 08 – Ala B – Salas 303 e 304 –
Barra da Tijuca
22640-102 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e
Sr. Marco Aurélio Ferreira
Telefone: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046
E-mail: operacional@pentagonotruster.com.br

III. Para o Escriturador e Banco Liquidante:

Banco Bradesco S.A.
Departamento de Ações e Custódia
Cidade de Deus s/n.º, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara
06029-900, Osasco – SP
At.: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fabio da Cruz Tomo
Telefone: (11) 3864-7911 / (11) 3684-2852
E-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br
4010.custodiarf@bradesco.com.br
4010.tomo@bradesco.com.br

IV. Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados
Gerência de Valores Mobiliários
Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 1º andar
01452-001 - São Paulo, SP
Telefone: (11) 3111-1596

M.

B



43
44

Fax: (11) 3111-1564
E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

- 14.2. As comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por *fac-símile* ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada em até 1 (um) Dia Útil pela Parte que tiver seu endereço alterado.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1. *Renúncia.* Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Companhia prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Companhia nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.
- 15.2. *Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica.* Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.
- 15.3. *Aditamentos.* Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser celebrados pela Companhia e pelo Agente Fiduciário e posteriormente arquivados na JUCEMG, sem prejuízo da realização de Assembleia Geral de Debenturistas, se necessário.
- 15.4. *Irrevogabilidade; Sucessores.* A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não atendimento aos requisitos previstos na Cláusula 2 acima, conforme aplicável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.
- 15.5. *Independência das Disposições da Escritura.* Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

PA.

3



44
46

15.6. *Substituição de Prestadores de Serviços.* É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador. A substituição do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador, bem como a indicação de seu(s) substituto(s) deverá ser aprovada em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, cujo "quorum" para aprovação deverá ser o da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembleia Geral.

16. LEI DE REGÊNCIA

16.1. Esta Escritura é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.

17. FORO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que também a assinam.

São Paulo, 19 de novembro de 2014.

(As assinaturas seguem na página seguinte.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

NA.

AAA

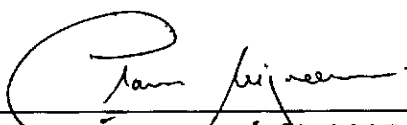
Handwritten signature

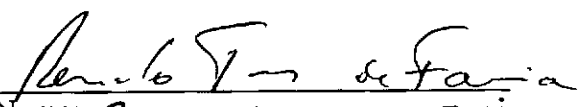


45
46

Página de assinaturas 1/2 do "Instrumento Particular de Escritura da 4ª (quarta) Emissão (sendo a 3ª (terceira) Pública) de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Andrade Gutierrez S.A.", celebrado em 19 de novembro de 2014, entre Andrade Gutierrez S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

ANDRADE GUTIERREZ S.A.


Nome: CLAUDIO JOSÉ DE CASTRO MISENARI
Cargo: VICE PRESIDENTE FINANCEIRO


Nome: RENATO TORRES DE FARIA
Cargo: VICE PRESIDENTE

44







Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5415012 em 21/11/2014 da Empresa ANDRADE GUTIERREZ S/A, Nire 31300014819 e protocolo 147805449 - 20/11/2014. Autenticação: 3AE697CCBA50F0A4E0DEDE5988C1A7CE8A633E9. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 14/780.544-9 e o código de segurança WW3G Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/11/2014 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

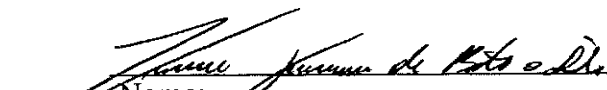

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 45/46


46/46

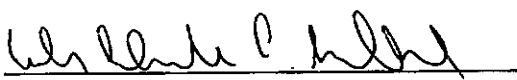
Página de assinaturas 2/2 do "Instrumento Particular de Escritura da 4ª (quarta) Emissão (sendo a 3ª (terceira) Pública) de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Andrade Gutierrez S.A.", celebrado em 19 de novembro de 2014, entre Andrade Gutierrez S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: _____
Cargo: Pedro Silva
Procurador

Testemunhas:


Nome: _____
Id.: _____
CPF/MF: _____
Nilson Raposo Leite
CPF: 011.155.984-73
RG: 5.79.235-5


Nome: CARLOS ALEXANDRE ANDRUSZEL, CARVALHAL
Id.: 21507009-8
CPF/MF: 116945087-70
M.

